RECENSÕES E NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

GERSTENBERGER Ehrhard S. e SCHRAGE Wolfgang, *Mulher e Homem.* Traduzido por Geraldo Korndoerfer e Walter O. Schlupp. Editora Sinodal, São Leopoldo 1981, 165 pp. 20 x 14cm.

Isto é um livro denso em tipo miúdo e cerrado, equivalendo seguramente a um volume de 300 páginas de tipo comum. O tema hoje em dia é bastante explosivo e delicado e os autores sabem disto: é preciso evitar que "elas" se ofendam ou se sintam discriminadas. Daí o título significativo: **Mulher** e Homem. Apesar de os autores declararem que a Bíblia e também o Novo Testamento se ocupam sobretudo dos homens e que foram homens os que escreveram estes livros, contudo realçam tudo o que possa favorecer as mulheres, procurando mostrar o que os textos bíblicos realmente querem dizer e qual a sua implicação real para os problemas atuais entre homem e mulher. O livro não é leitura amena ou fácil. Os autores são exegetas qualificados e sérios; uma leitura atenta e esforçada descobrirá muitas sugestões boas e válidas para os problemas atuais do relacionamento dos sexos em nossos dias. O que não quer dizer que a leitura não deva ser, ao mesmo tempo, crítica.

Gerstenberger, que até a metade de 1981 era professor do A.T. na Faculdade de Teologia da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, em S. Leopoldo, RS, trata do A.T. (cf. pg. 72 no fim) e Schrage se ocupa do N.T. Portanto Gerstenberger analisa sucessivamente a dualidade insuperada (mulher e homem), o ciclo da vida (infância, juventude, casamento etc.), os papéis e relações dos sexos e sexualidade e religião, e isto conservando sempre em vista os problemas atuais. O autor vê a família israelita primariamente no contexto da vida agrícola: os israelitas eram um povo essencialmente agrícola, o que evidentemente favorecia a convivência a dois e o encontro familiar com os filhos. Portanto até certo ponto resultavam condições ideais para a vida familiar. Nesta família de tipo patriarcal certamente havia menos liberdade e autonomia para a mulher tanto na escolha do parceiro como na própria vivência conjugal; mas tudo somado, o autor constata que o A.T. nos apresenta um quadro vivo da solidariedade e dedicação por parte dos pais para com os filhos, quadro que nos pode servir de exemplo (p. 55), e que provavelmente havia menos casamentos infelizes e desastrados do que na era moderna (p. 31). Ele também acentua que a vinculação estreita entre criança e mãe nos primeiros anos deveria proporcionar à primeira chance maior de crescer sem perturbações emocionais. Infelizmente a vida moderna trouxe, neste ponto, mudanças muito grandes e desfavoráveis às crianças (p. 22).

De resto, o autor chama a atenção para o fato de que não se deve generalizar a costumeira sujeição da mulher ao homem: a sunamita de 2 Rs 4 se mostra muito independente no seu comportamento e iniciativas, especialmente quando da morte do menino. Também Abigail de 1 Sm 25 merece ser mencionada neste contexto, sem falarmos da juiza e profetiza Débora.

Contudo eu lembraria que o mundo israelita antigo não era tão uniforme e prevalentemente agrícola, como o autor parece supor: havia também um extenso pastoreio, havia os artesãos de múltiplas atividades, e casos como os dos cortadores de cedros no Líbano, cantareiros e carregadores por ocasião da construção do templo salomônico (2 Rs 5, 20-32) se poderiam repetir. Havia também os recabitas que rejeitavam a agricultura e viticultura e seus derivados, ficando fiéis aos ideais do nomadismo (2 Rs 10, 15ss Jr 35, 6 ss). Casos como estes poderiam afetar negativamente a estrutura familiar. Além disto também as cidades cresciam, acarretando maior diversificação de tarefas e contatos mais amplos com os homens e promovendo o comércio e viagens de negócios (cf. navegação no tempo de Salomão; bazares em Damasco: 1 Rs 20, 34). Gerstenberger, de resto, se revela ótimo conhecedor do A.T.

Vejamos agora alguns pontos em particular. G. à p. 13 se pronuncia, até certo ponto, a favor dos **casamentos mistos**; mas os pontos que enumera, se bem considerados, antes os desaconselham. Quanto à proibição destes casamentos no tempo de Esdras e Neemias, não vejo bem como esta medida drástica tenha afetado negativamente a mulher israelita, reduzindo-a ao estado ou papel de serva (p. 39/40 e 67): pode ser que esta fosse a visão do judaismo posterior, expresso pelos Pirquê Abbot, mas o será também dos autores bíblicos posteriores?

Divórcio e Dt 24, 1-4 e Jr 3, 1 (p. 40, 3): não entendo bem a argumentação do autor. De qualquer modo Dt 24, 1-4 formam um único período e visam um caso particular na prática do divórcio: a entrega do documento de divórcio e a proibição de voltar a casar com a mulher repudiada evidentemente visam a dificultar o divórcio, lembrando ao marido as conseqüências sérias do seu passo. Portanto esta lei favorecia o cônjuge mais fraco, atitude que no Dt encontraremos também alhures, p. ex. no decálogo onde a mulher já não é um simples traste da casa, como no Êx 20, 17, mas uma pessoa, distinta dos demais bens do marido. Schrage igualmente menciona este texto, falando também das testemunhas (p. 136; o texto bíblico não as menciona; deve ser costume jurídico posterior).

Parece-me que G. poderia ter explorado mais os textos clássicos de Gn 1, 26-27 e 2, 18-24 que tão bem estabelecem a igualdade e dignidade fundamental do homem e da mulher, ideal que na prática muitas vezes se reduziria ao que é dito em 3, 16. Mas o ideal da igualdade na distinção estava lá.

Na segunda parte Schrage, por sua vez, analisa o papel e a posição da mulher no N.T. Ele trata sucessivamente da Mulher e Homem como Criaturas de Deus, como "nova criação em Cristo", "cooperadores de Deus" e como "uma só carne", terminando com um confronto com as realidades atuais. Ao contrário de Gerstenberger, o nosso autor apresenta uma lista impressionante de 143 notas que desgraçadamente foram relegadas ao fim do livro, dificultando muito o seu uso e aproveitamento. Num livro denso como este não se pode apresentar um resumo do conteúdo; por isso apenas menciono al-

guns pontos. Para entender o N.T. são muito úteis as explanações sobre a mulher no judaismo e no helenismo (p. 84-88) e o autor tira a conclusão de que "apesar de toda influência de uma sociedade patriarcal e autoritária, a discriminação da mulher basicamente foi superada no N.T." (p. 88). A seguir tem belas palavras sobre Isabel e Maria e principalmente sobre a atitude muito aberta de Jesus para com as mulheres (p. 90-95).

Agora algumas observações. O que o autor expõe acerca da possível missão daquelas mulheres de Lc 8, 1-3 não aparece muito plausível, elas não são chamadas discípulas (94-95; 103). De resto o que adiante diz acerca de mulheres engajadas no serviço das comunidades cristãs (p. 103-114) mostra o papel não muito significativo das mulheres e seguramente não se presta a apoiar a ordenação das mulheres (ao menos para a Igreja Católica).

Estranho a atitude extremamente negativa de Schr. em confronto com as Epístolas Pastorais, como se, especialmente no tocante às mulheres, tivessem falseado a doutrina e conduta de S. Paulo (p. 110 111 111/12 118 129/130); também não vejo, como seja totalmente impossível que as Cartas Pastorais sejam de Paulo (p. 74): Bo Reicke, há poucos anos, defendia sua autenticidade e as procurou enquadrar na vida de Paulo (Teolog. Literaturzg. 101, 1976, 81-84; resumo meu em RCB 13, fasc. 3/4, 1976, 75-77).

Quanto a 1 Cor 14, 34-35: "as mulheres se calem nas assembléias!": Schr. julga que em vista de 11, 7 estas palavras não podem ser de Paulo (p. 109-110). Entretanto 11, 3-16 (véus das mulheres) são também pouco favoráveis às mulheres e por outro lado a tradição manuscrita não fala a favor duma inserção posterior: todos os códices e outros testemunhos trazem estes versículos, apenas alguns poucos testemunos os trazem no fim do cap. 14.

Mt 1, 25 confrontado com 13, 55 (cf. Mc 6, 3) mostraria inequivocamente que, depois do nascimento de Jesus, José gerou outros filhos e filhas em cohabitação matrimonial com Maria (p. 125): inequivocamente? Os "irmãos e irmãs" de Jesus nunca são chamados filhos de Maria; se o fossem mesmo, a família de Nazaré deveria ter sido extraordinariamente grande (cf. Jo 2, 12; 7, 3; At 1, 14; 1 Cor 9, 5; Gal 1, 1-9: e nem todos eram missionários!).

Efésios 5, 24s: Está muito bem o que Schr. diz nas pgs. 127-28 acerca da casa cristã onde também o serviço e a submissão é regulado "pelo Senhor" e pelo amor. Está correto que a sujeição da mulher ao marido, afirmada também em Col 3, 18; 1 Pdro 3, 1; Tt 2, 5, não deve ser cega ou degradante; contudo, tenho a impressão de que o autor quer amenizar a obrigação da mulher. Afinal, Paulo afirma o dever de submissão da mulher também em 1 Cor 11, 3b. O que ameniza mesmo e torna cristã esta sujeição é o amor ou caridade exigido do marido. Parece-me que este ponto fundamental – lance genial de Paulo – saiu um tanto ofuscado e submerso na apresentação de opiniões extra-bíblicas e na explicação do que seja este amor: trata-se de dedicação, e não pretexto de domínio.

Adultério e divórcio (p. 132-141). Em geral estou de acordo com o que

diz sobre a atitude de Jesus e Paulo. Na página 133 se poderia acrescentar, ao par de Siraque 7, 26 como oposição ao divórcio no A.T., a passagem de Mal 2, 14-16. Quanto à "*porneia*" de Mt 19,9 e 5,32 continuo pensando que o termo corresponda a "*zenût*" e portanto vise matrimônio nulo especialmente por impedimento de graus de consanguinidade proibidos pela lei (ver Vaccari, RCB 1, nº 1, 1956, 1-16, e B.N. Wambacq, Matthieu 5, 31-32. "Possibilité de divorce ou obligation de rompre une union illégitime", NRTh 104, 1982, 34-49). Aquela bordoada na Igreja Católica a propósito dos divorciados (p. 138/39) perde muito da sua credibilidade, quando se sabe que o autor citado na nota 109 (não 190) se tornou infiel a seus votos religiosos e sacerdotais, despertando a impressão que as palavras fortes contra sua Igreja sejam fruto de despeito.

Dizer que segundo as Epístolas Pastorais a mulher seja relegada à função de esposa e mãe (cf p. 111), parece-me bastante estranho: ser mãe e esposa é a maior dignidade e a tarefa mais gratificante e insubstituível da mulher.

Uma palavra sobre a **família**: Tanto Gerstenberger como Schrage se mostram muito céptico quanto à contribuição da família na solução dos problemas atuais, especialmente face às macroestruturas (p. 67-70, 152). Certamente muitas coisas eram mais fáceis e simples nos tempos bíblicos. Não obstante parece-me que os elementos que os livros do A. e N. T. nos fornecem sobre a vida familiar e sua importância para a educação religiosa, para o convívio das gerações etc., ainda hoje nos podem mostrar caminhos de solução. Os relatos dos patriarcas nos mostram famílias em crescimento com suas tensões e gratificações, vários mandamentos do decálogo protegem a família, a Páscoa era celebrada em família e continha uma catequese para as crianças; no N. T. as famílias de Nazaré e de Zacarias, Isabel e João, as virtudes domésticas tanto recomendadas nas cartas aos Efésios, Colossenses e Pastorais, 1ª Pedro. As igrejas domésticas são precursoras das comunidades eclesiais de base etc. Creio que haveria muita coisa a aproveitar, mesmo com conjunturas mudadas e muito mudadas.

Este livro é **tradução do alemão**. Por via de regra os tradutores se saíram bastante bem na sua tarefa nada fácil; mas pode-se ser mais ou menos exigente. Chamo a atenção para os seguintes senões: p. 55, linha 2: Deixando **uma vez** de lado...: "uma vez" é germanismo. O mesmo se dá na p. 33, alínea 2,1.18 e p. 124, última linha. Ocorre seguidamente o "**sempre de novo**" (=immer wieder). Por **incastidade** se diz melhor impureza. Não entendo bem a frase à p. 66, 1ª al., 1.7-8: Por mais cedo que o A.T. tenha em mente a descendência...

É freqüente a locução: "**em todos os casos**", p. ex. p. 65, al. 4, 72 al. 5; é mais comum o singular. Será que não existe termo português para "insights"? – p. 130, al. 3,1.8: é falado no amor: deve ser **fala-se**...

Erratas: p. 7, al. 5, penúltima linha: sexu*al*mente; p. 33, al. 2.1.11: su*cum*bem; p. 37, 1.7: loucura; p. 38, al. 2, 1.13: cita-se Ex 24, 2-4 a propósito de direitos hereditários, e na 1.17 se volta a citar Ex 24, 4. Não encontro as referências indicadas. P. 39, al. 2, 1.13: Eles se transforma:

dever ser Ele (o homem); p. 42, al. 2, 1.10: tradidos: deve ser transmitidos; 1.14: forma: deve ser foram; p. 69, al. 1ª, 1.13: *coin*cide; p. 79, al. 3, 1.2: deve ser costumeiras; p. 79, al. 5, 1.4: sai dos eixos; p. 86, 1.3 a contar do pé da pág.: ambiente; p. 91, al. 2, 1.5: deve ser Mc 3, 31ss, não Mt. p. 94, al. 3, 1.2: Jesus; 101, al. 3, 1.5: distribuía-se; p. 105, al. 1ª, 1.8-9 estão deslocadas; 1.8 é repetição da p. 103, al. 2, 1.10. p. 108, al. 4, 1.10: A citação de Mc 5, 12 não cabe a propósito do "sacerdócio real"; seria Apc 5, 10; 1 Pdro 2, 9-10 (o 2.5 que segue na última linha, certamente é 1 Pdro; p. 126, al. 1ª, 1.2: *Zc* 36, 24 na Septuaginta: deve ser **Eclo** ou Siraque; p. 127, al. 2, 1.14 e al. 3, 1.2: Cl 13, 18: deve ser 3, 18: p. 134, al. 2, 1.5: mandamento; p. 134, al. 3, 1.10: maneira; p. 139, 1.4: deve ser nota 109, não 190; p. 152, al. 3, 1.3: pesonal: deve ser pessoal (ou personal?).

P.J. Balduino Kipper, SJ.

CHABASSUS Pe. Henri SJ, *Jesus Cristo e a Relação de Ajuda.* Edições Loyola, São Paulo 1978, 86 pp. 21 x 14cm.

É com muito prazer que apresento esta breve apreciação ao livro da autoria do meu colega de teologia na década de 40. Associo-me aos elogios rasgados do Pe. Terra e da Dra. Lais Loffredi, fazendo votos que o modesto volume encontre muitos leitores. O trabalho foi elaborado como requisito para a conclusão dum curso de especialização em Aconselhamento. Divide-se em três partes: 1) **Introdução**: expõem-se o estado da questão e os conceitos e especialmente se definem ou descrevem os seis elementos ou dimensões da relação de ajuda do modelo de Carkhuff: empatia, respeito, autenticidade, concretude, confronto e imediatidade. Para mim esta parte foi uma espécie de *tôhu-wabôhu* primordial, da qual confesso que pouco entendi. 2) A **parte central** do livro (p. 18-75) aplica as seis dimensões de ajuda de Carkhuff a Jesus e seu relacionamento de ajuda com os homens, e isto primeiro duma maneira geral ou compreensiva, passando em revista várias passagens evangélicas, p. ex. a perícopa da pecadora anônima de Lc 7, 36-50. Em seguida, numa parte mais específica e ampla investiga todas as relações de ajuda de Carkhuff em cinco cc. do Evangelho de S. João: Nicodemos, samaritana, adúltera, cego de nascença e Lázaro. Esta é a parte mais interessante e comprometida do presente estudo. 3) O livro finaliza com breve resumo e conclusão (p. 77-81), seguindo-se uma página de bibliografia seleta.

Foi idéia feliz aplicar as seis dimensões da relação de ajuda segundo o modelo de Carkhuff à pessoa admirável de Jesus, como no-lo apresentam as páginas imortais dos Evangelhos. Se o autor, no fim, diz modestamente que o estudo não traz novidade alguma (p. 77), então isto não está bem exato, pois de fato o autor mostra fartamente que a admirável e inexaurível personalidade de Jesus também pode ser vista sob o ponto de vista destas dimensões de ajuda de Carkhuff, apresentando uma nova faceta do "fenômeno" Jesus. Portanto

minha sugestão ao autor é esta: faça a mesma análise com os discursos de Jesus na Última Ceia (Jo 13-17: cf. p. 81) e com o episódio esplêndido dos dois discípulos de Emaus (Lc 24, 13-35).

Permitam-se-me algumas observações. Gostei que o autor, ao falar, várias vezes, da pecadora anónima de Lc 7, 36-50) (p. ex. p. 23/24), nunca a identifique com Maria Madalena ou Maria de Betânia. Tais identificações inconsistentes são que nem "a maçã de Eva" e os (três) "reis magos" que não têm apoio nos textos bíblicos.

Vamos agora a outra questiúncula: o autor, várias vezes, assume ou supõe, embora por vezes com reservas, que Nicodemos tenha procurado Jesus de noite por respeito humano ou medo dos colegas (p. 36, 40, 42, 69). Ora isto não está tão certo. Ao contrário de José de Arimatéia (Jo 19, 39), nunca se diz que Nicodemos fosse discípulo oculto de Jesus por medo dos judeus. A corajosa intervenção de Nicodemos a favor de Jesus em 7, 50 faz supor que fosse discípulo comprometido. Além disto, Lagrange, além de aduzir também ele a explicação do medo, contudo lembra que a noite se prestava mais para uma palestra tranqüila e imperturbada. Finalmente Billerbeck, no seu comentário aos evangelhos, no caso ao de Jo, nos informa que as discussões dos sábios até altas horas da noite não parecem ter sido tão raras e que o estudo à noite era recomendado (Strack-Billerbeck, Das Evangelium nach Markus, Lukas und Johannes und die Apostelgeschichte Erläutert aus Talmud und Midrasch, München 1924, p. 419-420). Esse pormenor tem certo alcance para a tese do autor. O autor chama a Nicodemos de **príncipe dos fariseus** (p. 36); propriamente é chamado "príncipe (ou homem notável, pessoa distinta) dos judeus", provavelmente porque era membro do sinédrio. À p. 60 é chamado corretamente "príncipe do povo".

Outro pequeno reparo tenho a fazer na p. 52: não vejo, como a pergunta, ao meu ver modesta e respeitosa, dos cobradores da taxa do templo possa ser acoimada de laço ardiloso (Mt 17, 24-17).

P. 75: acreditar a sua doutrina; eu acrescentaria: e aderir à sua pessoa, o que está contido no verbo grego neotestamentário "*pistéuo*". De resto eu não implicaria demais com a boa Marta e sua fé imperfeita e hesistante-flutuante: afinal a sugestão do Mestre de abrir uma sepultura de quatro dias deveria ser algo de inesperado e chocante para uma pessoa traumatizada pelo luto deste ente querido e portanto poderia parecer verdadeiro atropelo psicológico.

Erratas: p. 11, linha 3 a partir do pé da pág.: ... a rocobor ajuda porquo?? p. 22, al. 3, 1.2: não poder haver: ... não pode...; p. 39, al. 1ª, 1.7: masmas: deve ser mesmas; p. 55, al. 3, 1.2: exprobração; p. 62, al. 2, 1.4 a partir do pé da alínea: todo spara: deve ser todos para; 65, 1.5 desde o pé da pág.: Quor (Quer?) sentida?? Bibliografia: deve ser DODD, não DOOD.

P.J. Balduino Kipper, SJ.

BALLESTRERO, Anastácio - *En comunión con Dios.* Tradução do original italiano por Antonio Alonso. Ediciones Sigueme. Salamanca, Espanha, 1981. 201 pp. 18 x 12cm.

O livro apresenta uma série de meditações teológicas sobre o sacerdócio. Inicia com um capítulo sobre o sentido último da vida humana: o homem foi criado por e para Deus. Deus mesmo se fez homem para que o homem se divinizasse. É próprio do homem comunicar-se com Deus. Deus se revelou como comunhão e fez os homens filhos em Jesus Cristo. O povo de Deus tem uma natureza sacerdotal e é no Vaticano II que se recupera essa dimensão de povo sacerdotal. Em Jesus Cristo instaura-se um novo sacerdócio real, como único sacerdócio. Deste sacerdócio participa o sacerdócio ministerial.

A partir destes dados iniciais o autor relaciona, em reflexões sucessivas, realidades espirituais conexas ao sacerdócio. O autor, porém, não explora suficientemente a idéia da vocação como um serviço à Igreja de Jesus Cristo na busca do Reino de Deus, movida pela ação do Espírito Santo. Neste ponto deixa muito a desejar. Do mesmo modo, fica longe da reflexão iniciada sobre este mesmo assunto na teologia atual mais comprometida. Fica duvidoso se o autor conseguiu sacar as afirmações mais arrojadas do Concílio Vaticano II para delas deduzir aplicações práticas para uma espiritualidade do sacerdócio.

A espiritualidade exige uma identificação entre o exercício do sacerdócio ministerial e a santificação própria. O sacerdote busca uma identificação com Jesus Cristo sacerdote através de uma relação pessoal, distinta do comum dos cristãos, mais íntima, mais pessoal, mais existencial, mais amiga. Propõe-se um seguimento vital. No meio do povo sacerdotal há o sacerdote ministerial, distinto por uma eleição e dedicação oficial. A eleição é sempre feita por Deus (cf Jo 15, 16). O comum dos fiéis tem sua relação com Cristo na fé e na caridade (p. 62). Por esta diferenciação percebe-se como o autor está interessado em destacar o sacerdócio do povo.

O sacerdote é mistério de comunhão, exerce a comunhão na Igreja, entende-se como homem de Igreja, mantém o sentido da universalidade, enquanto serve a uma Igreja particular. Sob outros temas o autor também desenvolve a sua reflexão, tais como: comunhão na Igreja; fraternidade sacerdotal; o sacerdote é pastor; evangelização e ascese da fé; a animação das comunidades cristãs; a oração e a celebração eucarística; mistério de comunhão; o sacramento do encontro pessoal com Cristo.

Aloísio Ruscheisnky, SJ.

Antonio BENTUÉ, *La Opción creyente. Introducción a la Teología Fundamental.* Ediciones Mundo, Santiago (Chile) 1981, 371 pp., 21 x 14 cm.

E com alegria que se pode saudar obras teológicas elaboradas em nosso Continente por uma nova geração de teólogos leigos. Até há pouco, a Teologia estudada e lida em nossos países era de origem européia e elaborada por profissionais clericais. Com isso, o interesse fundamental da Teologia permanecia profundamente ligado à formação do clero e em segundo plano somente ao alimento de estreitas camadas de leigos. Estamos assistindo a sinal de vitalidade de nossa Igreja latino-americana pelo surgimento de teólogos e teólogas leigos que dentro em breve assumirão posição de destaque na produção e condução da reflexão teológica. A experiência leiga, que coloca o teólogo muito mais próximo dos anseios e angústias do homem moderno, certamente trará novos matizes e perspectivas à Teologia.

A. Bentué é um leigo professor de Teologia na Faculdade Teológica de Santiago do Chile. Condensa nessa obra parte de sua experiência de ensino já de 10 anos. Trata-se de verdadeiro manual de Teologia Fundamental no seu sentido mais clássico do termo. Aí o aluno encontra abundante e atualizado material sobre a principal temática referente à Revelação e Fé, com seus temas conexos. Livro didático, bem elaborado, com estrutura lógica. Revela duas qualidades básicas. Oferece de modo sucinto e correto as principais questões sobre a Teologia Fundamental. Além disso, consegue dentro de um esquema didático e tradicional de manual apresentar uma reflexão atualizada de modo equilibrado e sereno. Não é um texto militante; nele se percebe bem a posição do autor de abertura e acolhida, seja diante das posições da Teologia moderna européia, como da Teologia latino-americana.

A estrutura do livro é simples. Inicia com rápida introdução sobre a natureza do pensar e prática teológicos. Valoriza-lhes as funções crítica e hermenêutica, bem dentro do pensamento moderno. Mesmo assim paga um tributo demasiado grande a uma concepção escolástica de Teologia. A dimensão práxica fica na penumbra, aparecendo somente no fim do livro, quando trata diretamente do contexto latino-americano. A articulação da Teologia, como prática teórica, e da pastoral, como prática operativa, mereceria maior relevância.

A reflexão propriamente teológica parte da consideração do homem como incógnita e como busca. Focaliza a problemática do homem de sempre, na sua condição de ser-no-mundo, atormentado pelas perguntas radicais da vida, da morte, da convivência. Percorre rapidamente algumas respostas modernas a essas questões, apresentadas pelo positivismo científico, pela Filosofia moderna. As respostas podem ser diferentes. Mas todas revelam a existência de uma dimensão antropológica. Isso se confirma através de rápida reflexão fenomenológica sobre o comportamento religioso e sobre certas religiões não-bíblicas ao longo da história da humanidade.

Este ponto de partida corresponde bem à viragem antropocêntrica, típica da teologia moderna européia.

O autor situa-se nessa linha. É o mesmo ponto de partida do célebre catecismo holandês. Apesar da afirmação teórica de tratar-se de uma dimensão humana universal, tal consideração de fato reflete preocupação nitidamente moderno-burguesa. Nesse sentido, a situação latino-americana do autor pesou pouco naquilo que ela tem de original em relação à ótica centro-européia; pesou pouco sobre as perguntas do cristão imerso num Continente de injustiça, de opressão. Nenhuma palavra sobre o clamor dos pobres, como ponto de partida de uma reflexão sobre a Revelação e Fé.

A revelação é apresentada como a resposta de Deus a essa pergunta fundamental do homem histórico, a essa incógnita de seu destino, de seu ser, de seu significado. As respostas vistas até então não conseguiam elucidar esse misterioso buscar e perguntar do homem. Somente a Escritura, Revelação de Deus, no Antigo e Novo Testamento, pode dar conta cabal de tal mistério. Nesse contexto, o autor trabalha bem o sentido revelador da Escritura e certas questões fundamentais referentes à inspiração, inerrância, canonicidade. Conceitos que o aluno de Teologia já deve enfrentar teoricamente desde o início de seu périplo acadêmico.

Tratamento mais longo mereceu a problemática da Tradição. A. Bentué procura estar a par das posições atuais. Supera em parte o dualismo das duas fontes. Entretanto ressente seu pensar de falta de dialeticidade. Tradição e tradições eclesiásticas aparecem antes na sua ruptura que na sua necessária e dialética relação. A Tradição só é apreensível nas tradições, ainda que se distingue delas e as critica. Mas não como uma realidade estando por si, independente de interpretações. Tradição e interpretação estão visceralmente unidas. Esse acento dialético parece-me não ficar bem claro no texto. Cada momento é a totalidade da Tradição que deve ser interpretada, vivida. Se tudo foi dito em Jesus, nem tudo foi entendido, compreendido, vivido pela humanidade no tempo de Jesus.

O forte corte tomista do autor permite-lhe positivamente recuperar riquezas desse fecundo pensamento teológico. Entretanto, às vezes, sentimos que lhe falta fôlego para inseri-lo num horizonte hermenêutico e dialético em que o autor mesmo quer situar-se. Parece-me que convivem estruturas de pensamento, senão antagônicas, pelo menos pouco dialeticamente sintetizáveis.

Talvez isso faça o autor privilegiar o aspecto intelectual de verdade, a elaboração dedutível das fontes no processo de Tradição, valorizando menos a experiência eclesial. Por isso, aspectos objetivos da Revelação e da Tradição recebem mais relevância que os existenciais, vitais. Entre eles, está a posição do magistério. Certamente o livro ganharia mais se o autor tivesse mais presente o aspecto dialético da realidade. Às vezes, percebe-se uma tendência objetivante substancialista, que em termos institucionais deriva para o juridicismo, o extrinsecismo. Tal concepção aparece sobretudo na enucleação do conceito de Tradição. Por isso, a dimensão, p.ex. da Liturgia no processo evolutivo da compreensão e vivência da Revelação não recebeu o relevo devido. Ela aparece quase como "celebração da verdade", enquanto que é muito mais.

Quando o autor trata do surgimento do Novo Testamento, talvez por razões didáticas assume uma posição um pouco simples demais, não aludindo, pelo menos, à complexidade maior. Basta ver, p.ex., o trabalho de Boismard e Bénoit na introdução à Concordância do Novo Testamento, onde tentam uma explicação mais matizada. Merecem relevo as reflexões sobre o milagre, onde o autor consegue enquadrar num horizonte mais amplo, para além da apologética clássica, o dado teológico do milagre. Sem negar-lhe a presença na pregação de Jesus, tira-lhe, porém, o caráter fisicalista duma concepção tradicional.

Como vimos, o tema da Revelação apoiou-se sobre dois pilares: Escritura e Tradição. Por sua vez, a problemática da fé é abordada sob o ângulo de sua relação com a razão e com as obras. E discutível se tal tematização não produz certo encurtamento de outros aspectos relevantes da fé, como a dimensão subjetiva, interpessoal, social de um lado e escatológica doutro. É verdade que tais aspectos aparecem dentro das duas grandes linhas, mas sem o destaque merecido.

Uma vez assumida a fé nessa perspectiva de sua relação com a razão e com as obras, a subenucleação se faz com muita coerência e abundância. O autor faz-nos passear pelos diferentes momentos da história, desde o bíblico até aquele de nossa realidade histórica latino-americana. O livro apresenta com clareza e de modo bem sucinto as diversas posições no seu momento histórico, de modo que o leitor pode no final fazer-se uma idéia do processo evolutivo da problemática. Naturalmente, quanto aos pormenores das posições podemos divergir de certas interpretações. Em geral, ele procura ser fiel ao pensamento dos autores. Mas hoje a problemática da interpretação das posições tornou-se por demais complexa, que não é fácil oferecer rápido resumo das mesmas. Assim, certamente muitos reformadores não ficarão contentes com a interpretação da posição luterana do autor. Paga talvez um tributo muito grande à interpretação católica tradicional que não leva em consideração o avanço dos estudos dos protestantes. Assim, a posição de Lutero no referente à graça na exposição do autor é por demais extrinsecista, o que não faz jus à complexidade da reflexão de Lutero. É uma leitura antes apologética, nascida no contexto das polêmicas da reforma e contra-ferorma, do que de um estudo sereno de Lutero. Assim de outras posições resumidas, poderíamos mostrar como a interpretação do autor, didaticamente bem feita, poderia ser mais matizada. Evidentemente tais exigências não condizem muitas vezes com a natureza do tipo de livro em questão. Pois ele se coloca mais no gênero do manual, que, por sua índole, prescinde desses requintes teóricos e apresenta as posições nas suas consolidações clássicas.

Finalmente uma observação sobre a última parte do livro. No final, o autor aborda a questão da fé situada na A. Latina. Na conclusão, de certa maneira justifica metodologicamente ter começado por uma consideração universal do "homem situado no mundo", para somente no final do trabalho falar do homem situado no Continente latino-americano, ao querer evitar um reducionismo

nas suas reflexões. Entretanto, penso diferentemente. Pois, se ele começasse com a situação latino-americana e daí ampliasse ao horizonte antropológico, do qual a nossa situação é mediação histórica, tal perigo seria evitado e a obra ganharia em originalidade. Apesar de o autor ser chileno, a reflexão traduz muito mais um enfoque europeu moderno, com um apêndice ao final sobre nossa temática. Não houve de modo nenhum uma refundição da Teologia Fundamental numa ótica latino-americana. Nem creio que tenha sido essa a intenção do autor. Por isso, seu trabalho insere-se na clássica tradição da abordagem histórica, em que se começa a trabalhar o tema a partir do Antigo Testamento até os autores modernos, percorrendo os Padres, os clássicos medievais, os principais concílios etc. Este método favorece antes à erudição, à informação, à compreensão complexiva de um problema que à vivência, à experiência, ao engajamento. Ilumina mais a inteligência que a prática. Oferece quadros amplos no sentido de dados objetivos, acumulados ao longo da história do dogma. Refere-se menos à prática pastoral presente. Cabe bem num manual, dentro das exigências acadêmicas tradicionais. De fato, ao terminar a leitura, adquirimos uma intelecção bastante completa no referente ao material disponível no assunto no âmbito acadêmico.

Falta, porém, ao método certa mordência e urgência. Mordência no sentido de ferir a problemática mais candente, mais pertinente no momento de Igreja. Urgência, no sentido de assumir as práticas significativas de nossa pastoral e dar-lhes elementos teóricos de intelecção.

Considerando a bibliografia citada, seja ao longo do livro, como no final, percebemos que o autor freqüentou muito mais autores clássicos da Teologia européia e mostra certo desconhecimento da já vasta produção teológica latino-americana, sobretudo em nosso meio brasileiro. Na medida em que certamente o autor, estudioso do assunto, irá ampliando suas reflexões sobre tal assunto, convir-lhe-ia seguramente freqüentar mais publicações teológicas do nosso Continente. Sobretudo sente-se num tratado da fé a carência de uma reflexão mais madura da relação entre fé e vida, fé e compromisso social, fé e política. Temas que aparecem a cada instante em nossa prática pastoral passam quase desapercebidos pelo autor.

Apesar dessas observações críticas, no limite do gênero de manual, estamos diante de um livro altamente recomendável para os alunos de Teologia. Poderão adquirir amplo conhecimento de dados básicos necessários para avançarem na Teologia.

J. B. Libânio, SJ.

HOORNAERT Eduardo e SILVEIRA Ildefonso (editores): *Crônica das Casas de Caridade Fundadas pelo Padre Ibiapina.* (Coleção "Missão Aberta" 5). Edições Loyola, São Paulo 1981. 128 pp. mais um Mapa das Viagens Ibiapinianas. 21 x 14cm.

(A edição e a introdução geral são de E. Hoornaert; a transcrição, a introdução ao texto e as notas são de I. Silveira).

Em 1983 celebraremos o primeiro centenário da morte do Padre Ibiapina. Em boa hora sai esse precioso livro das Crônicas, editado pelos incansáveis batalhadores da memória histórica da Igreja no Brasil, que são E. Hoornaert e I. Silveira. Trata-se de uma dessas peças literárias, humilde nas dimensões e ingênua no estilo, que transpira aquela vibração pura que só pode ser transmitida pelas pessoas de fé que vivenciaram o que escrevem. Eu diria mais: é uma dessas **fontes** do ser cristão e brasileiro dos povos nordestinos.

Está-se tentando escrever hoje uma Patrologia da Igreja na América Latina. Nela não poderá faltar esse Santo Padre que foi Ibiapina. As populações sertanejas espalhadas pelas vastas regiões cearenses, paraibanas e pernambucanas, palmilhadas incansavelmente por esse ex-advogado, ex-Juiz de Direito, ex-Chefe de Polícia, ex-Deputado à Assembléia Geral, ex-professor na faculdade de Ciências sociais e jurídicas em que ele mesmo se formara, e que aos 48 anos deixou tudo isso para se dedicar à "carreira das Missões" (p. 38), em que tinha mais certeza de "ser útil à humanidade" (p. 39), – essas populações, digo, manifestavam claramente a consciência de que o Padre Ibiapina era realmente o pai fundador de novos tempos, o "santo padre" dessa grande irmandade cristã dos sertões nordestinos, e expressavam a consciência que tinham dessa paternidade de Ibiapina dando-lhe os nomes que aparecem ao longo de toda a Crônica: Nosso Querido Pai, o Pai da Orfandade, o Venerável Apóstolo da Caridade, Nosso Santo e Virtuoso Apóstolo, o Rmo. Missionário, o Missionário Apostólico Brasileiro, o Novo Apóstolo, o Nosso Missionário Apostólico, o Padre Mestre Missionário Apostólico Ministro de Deus.

Ibiapina era um empreendedor realista, de ricos e diversificados prismas, desde a emocionada e colorida animação de procissões em honra da Senhora Sant'Ana, "a quem chamava sua especial protetora", a prática das comunhões espirituais, do mês de Jesus e do mês de Maria, das longas Lausperenes, das novenas e das devoções aos Corações de Jesus e de Maria, até à construção de estradas e caminhos, de cacimbas e açudes, de cemitérios para coléricos, hospitais e orfanatos. Mais de vinte casas de Caridade foram levantadas e organizadas administrativamente com inteligência e coragem. Em geral realizava tudo em regime de mutirão, resgatando antigos valores indígenas de "colaboração e simpatia". Como Juiz e Advogado lhe parecera que não podia muito mais do que sanar os efeitos de uma problemática situação social. Como Missionário dos Sertões ia lutar in loco contra as causas dela. Diz E. Hoornaert: "Preferiu lutar no interior contra a desagregação da vida pública (causada) pela falta de partici-

pação das bases na construção da sociedade" (p. 24). A própria Crônica o expressa com acuidade: "Elle tinha entrado no amargo (âmago?) da nossa sociedade, tinha visto em todas as suas fazes, em toda a sua ediondez, a mizeria em que se debatem as classes menos favorecidas da fortuna; elle tinha visto milhares de infelizes Orphans arrastando os andrajos da mizeria, a tiritar de frio e de fome..." (p. 40). E por isso, "prevenido de faculdades Episcopaes indespensáveis, entrou com grande fervor na via Apostolica, entregando-se com todo esmero e assiduidade ao ministerio da palavra e do confissionario e à edificação de obras uteis à humanidade" (ib.). "Saio o grande Apostolo de Jesus Cristo missionando" (p. 42).

"Um Coração angelico, puro, simples, casto, humilde e desinteressado, bemfazejo e tão dedicado ao amor de Deos e do proximo que era abrigo seguro da Orphandade, remediador dos infelizes, consolador dos afflictos, das mizerias humanas, principalmente das mulheres porque, dizia ele, é um ente fraco e digno de compaixão que não sabe manejar com as armas da defesa" (ib.).

Assim, durante perto de vinte anos, acudindo dum lugar a outro, desde Campina Grande na Serra da Borborema até Missão Velha e Crato aos pés da Chapada do Araripe; desde Santa Cruz do Capiberibe e Santa Cruz da Baixa Verde nas vertentes meridionais da Serra dos Cariris Velhos até Fortaleza e Sobral, ia o Padre Ibiapina animando a articulação do que E. Hoornaert chama de uma espécie de "reino sagrado nordestino". Por isso se entende a reflexão feita por uma Irmã da Casa de Caridade de Santa Fé (onde o Missionário, doente e velho, passa seus últimos anos) durante os festejos em honra da Imaculada Conceição em 1879: "Havéra hoje no mundo quem goze tanto como nós? Os Reis, os imperadores e mais grandes do mundo, por mais que gozem, não tem a nossa ventura..." (p. 104).

Tudo isso apesar da pobreza. "Nossos recursos são mais pequenos do que o mundo pode pensar." Mas nessa irmandade cristã reina a lei da Caridade: "A gente da caza de Caridade dêo o que pôde e não pode, arriscando-se a morrer de fome com os retirantes (na grande seca de 1877-1878), mas, confiados em Deos, rezolverão morrêr à fome com os pobres, mas não negar a comida... Já tinha sido sensurada a caza, quando dava ágoa francamente ao pôvo, espondo-se a ficar sem ella como ficou, mas o programa da Caridade hé morrer com os pobres sequiozos e famintos, e não vê-los morrer à sêde e à fome; hé essa a Lei fundamental da Caridade" (p. 98).

Num sentido de avaliação crítica e de análise da obra do Padre Ibiapina, concluímos com E. Hoornaert: "Não podemos dizer que (a atividade missionária de Ibiapina) visava diretamente a transformação da sociedade nem a crítica direta do sistema social, mas ela apontou para diversos pontos particularmente doentios da mesma: o machismo e a irresponsabilidade sexual; a desagregação das estruturas políticas; a desvalorização da herança indígena; sobretudo a fome e a doença, conseqüências imediatas do sistema social vigente" (p. 20).

Por estas breves anotações, os leitores poderão entrever a preciosi-

dade dessa Crônica e a oportunidade de sua primeira publicação, muito felizmente enriquecida pelos editores.

Manifestamos a esperença de que neste próximo centenário da morte do grande Missionário nordestino sejam publicados mais manuscritos existentes em arquivos, e seja estudada amplamente sua vida e sua obra. Estamos convencidos de que nele se acham interessantíssimas e originais inspirações e contribuições para uma pastoral de Igreja que quer optar realisticamente pelos pobres e se colocar ao lado deles na luta pela mudança de uma situação cada vez mais injustificável porque cada vez mais velha e renitentemente privilegiadora de poucas minorias às custas de tantas populações sofredoras neste Brasil rico mas cheio de pobres.

Benno Brod, SJ